

# INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA E POTÊNCIAS REGIONAIS: A ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO DE XANGAI (SCO) E A COMUNIDADE ECONÔMICA DOS ESTADOS DA ÁFRICA OCIDENTAL (ECOWAS)

Rodrigo Fracalossi de Moraes\*

## Introdução

Em 2008, foi criada, na América do Sul, uma organização interestatal de caráter inédito no subcontinente: o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). Pela primeira vez, os países sul-americanos formaram, de maneira autônoma, um espaço destinado ao debate e à resolução conjunta dos problemas de defesa e segurança que afetam a região, tornando claro, desde o início, que os Estados Unidos não poderiam participar do mecanismo.<sup>1</sup>

Longe de ser um fenômeno apenas sul-americano, instituições regionais voltadas para a defesa e a segurança têm surgido ou se renovado, nas últimas duas décadas, em várias regiões do mundo. Duas das mais importantes serão analisadas neste texto, ambas situadas fora do eixo Europa Ocidental–Estados Unidos e lideradas por potências regionais: a Organização para a Cooperação de Xangai (Shanghai Cooperation Organization – SCO), liderada por Rússia e China, e a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (Economic Community of West African States – ECOWAS), liderada pela Nigéria. Inicialmente, será feita uma análise acerca da importância da dimensão regional na segurança internacional e, posteriormente, serão analisadas as duas instituições regionais supracitadas.

## 1 A dimensão regional da segurança internacional

A segurança internacional pode ser analisada, enquanto objeto de estudo, a partir de diferentes níveis de agregação. O nível mais amplo é o *global*, abrangendo todo o sistema internacional; abaixo está o *regional*, que enfatiza as relações interestatais no âmbito de uma mesma região; em seguida o *nacional*, no qual a segurança individual dos Estados possui um

---

\* Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Deint) do Ipea.

1. Somente países latino-americanos e caribenhos podem fazer parte do CDS e, ainda assim, apenas na condição de Estados-associados, conforme prevê o Art. 17 do Estatuto do CDS, combinado com o Art. 19 do Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas (Unasul).

papel primordial; por fim, há o nível *interno*, cujo foco está nas relações entre a segurança doméstica e a segurança internacional. Mesmo reconhecendo que cada um dos níveis possui sua própria importância, qual deles é o mais adequado para a compreensão das principais dinâmicas da segurança internacional?

Autores ligados à *Escola de Copenhagen* consideram o nível regional o mais adequado. Barry Buzan e Ole Wæver (2003) criticam o fato de que, em geral, as análises de segurança são dominadas por dois níveis: o nacional e o global, ambos problemáticos. O problema do nível nacional está em que:

A segurança nacional – por exemplo, a segurança da França – não é, em si mesma, um nível de análise que possua sentido. Como as dinâmicas de segurança são inerentemente relacionais, a segurança de nenhuma nação é autossuficiente. Os estudos de “segurança nacional”, contudo, muitas vezes colocam de forma implícita o seu próprio Estado no centro de um “contexto” *ad hoc*, sem um entendimento do contexto sistêmico ou subsistêmico por si próprio (BUZAN e WÆVER, 2003, p. 43, tradução livre).

O nível global, por sua vez, é problemático, pois o mundo “[...] não é fortemente integrado em termos securitários e, com exceção dos casos particulares das superpotências e das grandes potências [...], pouca coisa pode ser dita neste nível de generalidade que reflita as reais preocupações da maior parte dos países.” (*ibidem*, p. 43, tradução livre).

Assim, para a maior parte das nações, as preocupações securitárias primordiais são aquelas relacionadas aos países vizinhos. É no nível regional “[...] onde os extremos da segurança nacional e global interagem e onde a maior parte das ações ocorre.” (*ibidem*, p. 43, tradução livre). Dessa forma, a segurança tem, antes de tudo, uma relação com a proximidade geográfica, fundamentando-se, para usar um termo desses autores, na “territorialidade” (*ibidem*, p. 29).

Mesmo em uma confrontação de importância global, como a Guerra Fria, a segurança foi, acima de tudo, um problema regional. De fato, tanto os Estados Unidos como a União Soviética tiveram entre suas principais estratégias de poder, durante o período, as intervenções em conflitos regionais ou nacionais, com o objetivo de evitar que certos países se aliassem ao adversário. Contudo, na maior parte das intervenções, os conflitos eram preexistentes. Assim ocorreu, por exemplo, no conflito entre Índia e Paquistão: durante a Guerra Fria, a Índia se aliou à União Soviética, enquanto o Paquistão se aliou à China e aos Estados Unidos. A Guerra Fria, dessa forma, produziu efeitos sobre um conflito regional, mas o conflito, em si, não foi um subproduto da luta pelo poder entre as duas superpotências, tanto que, após o seu término, o conflito Índia / Paquistão se manteve, inclusive com o posterior desenvolvimento de armamentos nucleares por parte de ambas as nações.

Com o colapso da União Soviética, houve, durante a década seguinte, uma diminuição dos incentivos e da determinação dos Estados Unidos e de outros grandes poderes para a intervenção fora de suas regiões, o que contribuiu para a expansão da autonomia regional nas questões de defesa e segurança. Buzan e Wæver (2003, p. 3, tradução livre) ressaltam: “Sem a rivalidade entre as superpotências, que se intrometiam de forma obsessiva em todas

as regiões, as potências locais tiveram maior espaço de manobra”. Com os atentados de 11 de setembro de 2001, entretanto, houve uma retomada das intervenções militares externas, notadamente no Afeganistão (a partir de 2001) e no Iraque (a partir de 2003), ambas lideradas pelos Estados Unidos e apoiadas, sobretudo, por países europeus. Ainda assim, embora a Doutrina Bush tenha introduzido, como estratégia central, a guerra global contra o terror e os ataques preventivos onde estes se fizessem necessários,<sup>2</sup> deve-se ressaltar que as políticas de segurança dos Estados Unidos e de seus principais aliados, na prática, foram menos globais do que a retórica nelas contidas, tendo se concentrado, sobretudo, no Oriente Médio e na Ásia Central. A continuidade na redução do número de tropas norte-americanas estacionadas na Europa e no Leste Asiático, durante os anos 2000, e o seu reposicionamento em direção ao Oriente Médio e à Ásia Central, demonstram a persistência da menor propensão à intervenção e presença globais e a ênfase nestas regiões.<sup>3</sup>

Neste novo contexto do pós-Guerra Fria, se fortaleceram ou foram criadas novas instituições regionais de defesa e segurança que, em alguns casos, têm sido lideradas por potências regionais, as quais ocuparam vácuos de poder produzidos pelo fim da confrontação bipolar. Estas potências têm buscado a regionalização como um instrumento para a resolução dos problemas de segurança de suas regiões e/ou para contrabalançarem, ao menos em parte, a supremacia militar dos Estados Unidos. Focalizam-se, nas seções seguintes, as instituições que são objeto de análise neste texto e o papel que nelas têm desempenhado as potências regionais.

## 2 As relações sino-russas a partir dos anos 1990 e o papel da SCO na Ásia Central

A China tem buscado ampliar cada vez mais a sua influência sobre os países vizinhos. Ao contrário do que ocorria durante a Guerra Fria, contudo, tem havido, nas últimas duas décadas, uma reformulação da imagem que alguns daqueles países possuem a respeito da China e esta passa a ser vista como uma potência capaz de liderar a sua região (SHAMBAUGH, 2004/2005, p. 64-65).<sup>4</sup>

Na área da segurança, ela tem construído a confiança com os vizinhos de quatro maneiras: *i*) realização de encontros bilaterais; *ii*) relações especificamente militares, envolvendo intercâmbios e exercícios militares combinados (em 2002 e 2003, por exemplo, foram realizados exercícios militares com Índia, Paquistão, Cazaquistão e Quirguistão, os

2. Ver a Estratégia Nacional de Segurança dos Estados Unidos de 2002 (United States of America, 2002).

3. Desde 1990, a redução no número de militares dos Estados Unidos estacionados em algumas regiões, sobretudo na Europa, tem sido bastante grande. Em 1990, havia na Europa 309.827 soldados norte-americanos. Em 2000, o total havia sido reduzido para 117.089 e, em 2008, o total era de 81.582 (redução de mais de 73% em relação a 1990). No Japão, os números foram de, respectivamente, 46.593, 40.025 e 34.039 (redução de cerca de 27% entre 1990 e 2008). Na Coreia do Sul, os números foram de 41.344, 36.171 e 24.655 (redução de cerca de 40% entre 1990 e 2008). Em 2008, 14.300 militares antes estacionados na Europa encontravam-se destacados para as guerras no Afeganistão e no Iraque, juntamente com 2.850 que anteriormente estavam no Japão e 100 que estavam na Coreia do Sul (Department of Defense, 1990, 2000, 2008).

4. Sobre a ascensão da China, ver Cunha e Acioly (2009).

primeiros exercícios realizados com outros países em 53 anos); *iii*) participação no Fórum Regional da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ARF); e *iv*) maior transparência por meio da publicação de Livros Brancos (*ibidem*, p. 86-89).

A melhoria das relações com vários países do Sudeste Asiático deve ser destacada. A China normalizou suas relações com o Laos (1989), restabeleceu relações diplomáticas com a Indonésia (1990) e as estabeleceu com Cingapura (1990) e Brunei (1991). No caso do Vietnã, com a retirada completa das tropas vietnamitas do Camboja (1989) e com o fim da União Soviética, as relações entre os dois países foram normalizadas (1991). Houve, ainda, melhoria das relações com a Malásia (LIOW, 2009, *passim*) e, nos anos 2000, com as Filipinas (MORADA, 2009, *passim*). Além de ações bilaterais, a China passou a ampliar suas relações com os países da região através da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean), por meio da qual coopera nas áreas econômica, político-securitária e sociocultural (Asean, 2009). Fora do Sudeste Asiático, a China estabeleceu relações com a Coreia do Sul (1992) e se aproximou de Índia, Rússia e dos cinco novos países da Ásia Central: Cazaquistão, Tadjiquistão, Quirguistão, Uzbequistão e Turcomenistão.

Na expansão da influência chinesa sobre a Ásia Central deve-se destacar a reaproximação entre China e Rússia. Em 1991, os dois países assinaram o Acordo de Fronteiras Sino-Russo, pondo fim à maior parte de suas disputas territoriais, as quais estiveram entre as causas do rompimento sino-soviético (1960). Em 2001, assinaram o Tratado de Boa-Vizinhança e Cooperação Amistosa, no qual foi prevista a formação de uma aliança estratégica, a durar por pelo menos 20 anos, em várias áreas, inclusive no campo da segurança mútua, como se depreende do Art. 9º: “Quando emergir uma situação na qual uma das partes contratantes julgar que a paz esteja sendo ameaçada e enfraquecida ou na qual os seus interesses securitários estejam envolvidos ou, ainda, quando esteja enfrentando uma ameaça de agressão, as partes contratantes irão, imediatamente, estabelecer contatos e consultas de forma a eliminar tais ameaças.” (CHINA e RUSSIA, 2001, tradução livre). Em 2004, por fim, a Rússia aceitou ceder territórios que há muito tempo eram reivindicados pelos chineses: as ilhas Tarabarov e Bolshoy e cerca de metade da ilha Bolshoy Ussuriysky, situadas na Sibéria Oriental e definitivamente incorporadas pela China em 2008 (RIA NOVOSTI, 2008). Findaram-se, assim, as disputas territoriais entre os dois países.

Foi no contexto da reaproximação sino-russa que a China liderou, em 1996, a formação de um espaço regional conhecido como “os Cinco de Xangai”, cujos membros fundadores foram China, Rússia, Cazaquistão, Tadjiquistão e Quirguistão (SHAMBAUG, 2005, p. 31). Aquele espaço foi transformado, em 2001, após o ingresso do Uzbequistão, em uma instituição permanente: a Organização para a Cooperação de Xangai (SCO), com foco sobre as questões regionais de segurança (BAYLES *et. al.*, 2007, p. 5).<sup>5</sup> Ademais de questões geopolíticas “profundas”, analisadas a seguir, a SCO tem como objetivo o combate

5. A Mongólia é observadora da SCO desde 2004. Em 2005, Índia, Irã e Paquistão também se tornaram observadores.

a problemas transnacionais de segurança, tais como o terrorismo, o tráfico de drogas e o fundamentalismo, assim como a questão do separatismo (BUZAN e WÆVER, 2003, p. 431) nas províncias chinesas do Tibete e Xinjiang.<sup>6</sup>

Embora tenha um baixo grau de profundidade institucional se comparada à Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) ou ao antigo Pacto de Varsóvia, integram a organização duas potências nucleares e países com vastas áreas territoriais e/ou grandes populações (China, Rússia, Cazaquistão). A Ásia Central, como a área foco da SCO, possui grande importância geopolítica para Rússia e China, em função da presença tanto de imensas reservas de petróleo e gás natural<sup>7</sup> como de oleodutos e gasodutos, tanto os existentes quanto os planejados. O mapa a seguir contém os integrantes da organização:

MAPA 1

**Estados-membros e Estados-observadores da SCO**

Fonte: BAYLES *et. al.*, 2007, p. vi.

6. Ver Cepik (2009), que analisou estes objetivos securitários da SCO e fez uma comparação entre a SCO, a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e o CDS.

7. As reservas de petróleo são de 39,8 bilhões de barris no Cazaquistão e de 0,6 bilhão no Uzbequistão e no Turcomenistão. Como comparação, as reservas da Rússia são de 79,0 bilhões de barris e as da China são de 15,5 bilhões. Quanto ao gás natural, as reservas são de 7,9 trilhões de metros cúbicos no Turcomenistão, de 1,8 trilhão no Cazaquistão e 1,6 trilhão no Uzbequistão. As reservas da Rússia são de 43,3 trilhões (23,4% do total mundial) (British Petroleum, 2009, *passim*).

Do ponto de vista da China, ao estabelecer relações amistosas com a Rússia, o país passou a ser capaz de ampliar sua influência sobre a Ásia Central sem entrar em choque com a estratégia russa para a região. Com o fim da União Soviética, a China passou a ter, além da Rússia, cinco novos países vizinhos, sendo três fronteiriços (Cazaquistão, Tajiquistão e Quirguistão) e dois não fronteiriços (Uzbequistão e Turcomenistão), os quais passaram a ser objetos potenciais da expansão da influência chinesa:

A China enxerga a Ásia Central como o "exterior próximo" [*"near abroad"*], uma retaguarda estratégica. À medida que sua musculatura econômica cresce, o mesmo ocorrerá com seu apetite geopolítico. Tropas chinesas participarão de manobras na Ásia Central e farão parte da força de ação rápida da SCO distribuída na Ásia Central, incorporando, assim, conhecimento local e construindo relações com as forças militares e as elites políticas locais (COHEN, 2005, p. 4, tradução livre).<sup>8</sup>

O interesse da Rússia, por sua vez, está na constatação de sua incapacidade de manter, sozinha, um ambiente de estabilidade na Ásia Central, reconhecendo que a China possui um importante papel a desempenhar na região. Ao mesmo tempo, a SCO é útil para a Rússia como um instrumento para o monitoramento das atividades chinesas na Ásia Central (ORESMAN, 2004, p. 405) e para limitar a presença norte-americana na região. Com a Guerra do Afeganistão, os Estados Unidos expandiram sua presença militar na Ásia Central, criando bases no Uzbequistão (a qual já foi desativada) e no Quirguistão e adquirindo direitos de voo militar sobre os quatro integrantes da SCO na Ásia Central (BAYLES *et al.*, 2007, p. 11).

Em síntese, a SCO, reflexo da reaproximação sino-russa, possui objetivos tanto regionais quanto globais. Regionalmente, se destina ao combate a problemas transnacionais de segurança e é uma solução institucional capaz de propiciar a conciliação das perspectivas geopolíticas da Rússia e da China. Ambas as potências consideram a Ásia Central parte de seu *near abroad*, havendo, dessa forma, uma sobreposição territorial de suas esferas de influência. Globalmente, a organização tem por objetivo contribuir à construção de uma ordem multipolar, ocupando política e economicamente o espaço da Ásia Central, em detrimento dos planos de aumento da presença norte-americana na região.

### 3 A África Ocidental e o papel securitário da Nigéria

No caso da África Subsaariana (doravante África), os anos do pós-Guerra Fria foram de intensas guerras em algumas regiões, sobretudo na Libéria (1989-1996 e 1999-2003), Serra Leoa (1991-2002), Somália (desde 1991), Darfur (2003-2009) e na "região dos grandes lagos africanos"

8. O conceito de "*near abroad*" ou "exterior próximo" descreve a perspectiva geopolítica russa em relação às ex-repúblicas soviéticas, tendo em vista esta região ser considerada sua esfera de influência. A noção surgiu como uma prioridade da política externa russa em 1992 e tornou-se política oficial a partir de 1993 (Buzan e Wæver, 2003, p. 404-405). No caso da Ásia Central, segundo Cohen (supracitado), ela é o "*near abroad*" também da China.



(1990-1997 e 1998-2003). Estes conflitos, assim como a maior parte dos demais ocorridos no continente, relacionam-se com o fato de que os Estados africanos são, em muitos casos, fracos e sem poder efetivo sobre o seu próprio território. Além do Estado, há, em vários países, poderosos grupos armados que mantêm ações hostis entre si ou contra o governo, sem que o poder central consiga dominá-los, a não ser com apoio militar internacional. Estes Estados compartilham o poder de coerção (em alguns casos intencionalmente) com outros grupos internos, não sendo, portanto, os detentores do monopólio da violência na área sobre a qual deveriam ser o poder dominante. Como resultado, ocorreram poucos conflitos interestatais no continente (os Estados são fracos para projetarem poder além de suas fronteiras), mas diversos conflitos internos que produziram um efeito *spillover* (transbordamento), levando os conflitos aos países vizinhos, por meio, sobretudo, dos fluxos de refugiados e dos apoios governamentais a movimentos insurgentes em outros países.

Uma das potências regionais do continente, a Nigéria, passou, a partir dos anos 1990, a desempenhar um papel de maior relevância na área de defesa e segurança em sua região: a África Ocidental. Neste caso, há uma instituição regional, fundada em 1975, e composta, atualmente, por quinze países: a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS).<sup>9</sup> O mapa a seguir destaca os integrantes da organização:

MAPA 2

**Estados-membros da ECOWAS**

9. Os países fundadores da Ecowas foram: Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo. Cabo Verde entrou para a organização em 1976 e a Mauritânia a deixou em 2000. Atualmente, dois países estão suspensos da organização: a Guiné desde 2008, em função do golpe de estado ocorrido no país e o Níger desde 2009, também em função de um golpe de estado.

A partir de 1978, a organização passou a tratar de questões regionais de defesa e segurança, fruto da percepção de que a integração econômica só ocorreria se houvesse paz e segurança na região (ADEBAJO, 2002a, p. 25 e 32). Nos anos 1990, o tema se aprofundou no âmbito da instituição, tendo sido criada uma força de paz multilateral em 1990, sob liderança nigeriana, destinada a intervir na Primeira Guerra Civil Liberiana (1989-96): o Grupo de Monitoramento da ECOWAS (ECOWAS Monitoring Group – ECOMOG).<sup>10</sup> Embora a intervenção não tenha sido previamente autorizada pelo Conselho de Segurança da ONU, ela foi legalizada posteriormente por meio da Resolução nº 788, de novembro de 1992 e, em um segundo momento, mediante a Resolução nº 866, de setembro de 1993, firmou-se uma cooperação entre a ECOWAS e a ONU, surgindo a Missão de Observadores das Nações Unidas na Libéria (Unomil). De fato, a intervenção da ECOWAS na Libéria foi tratada como um complemento à atuação da Organização das Nações Unidas – ONU (UNITED NATIONS, ECOWAS e CENTRE FOR CONFLICT RESOLUTION, 2006, p. 23-24), tendo como base o Art. 53 da Carta das Nações Unidas, no qual se prevê a possibilidade de cooperação da ONU com organizações regionais de segurança.

Ademais da intervenção inicial na Libéria, a ECOWAS interveio, sempre sob liderança nigeriana: na Guerra Civil de Serra Leoa (1991-2002), entre 1998 e 2000, sendo posteriormente substituída pela Missão das Nações Unidas em Serra Leoa (Unamsil); na Guerra Civil de Guiné-Bissau (1997-99), em 1999; novamente na Libéria, em 2003, em razão da Segunda Guerra Civil Liberiana (1999-2003), liderando a Missão da ECOWAS na Libéria (Ecomil) que, posteriormente, foi substituída pela Missão das Nações Unidas na Libéria (Unmil); e, por fim, na Guerra Civil da Costa do Marfim (2002-07), no período 2003-04, até ser substituída pela Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim (Onuci).

Dadas essas características, trata-se, portanto, de uma organização com objetivos de maior alcance que a SCO, mas que, ao mesmo tempo, possui metas apenas regionais. Há, desde 1981, um acordo de defesa coletiva entre os Estados-membros e, desde 1990, uma força militar regional. O Protocolo de Segurança de 1999 previu, ainda, a formação de um componente militar em *standby*, tal como existe na OTAN, o qual deverá integrar-se, ainda em 2010, à African Standby Force, uma força de paz africana em processo de criação. A Nigéria, com 65% do PIB (WORLD BANK, 2009) e 52% da população (UNITED NATIONS, 2009) do bloco, tem desempenhado um papel essencial na organização. O país foi o líder de todas as intervenções militares nos países vizinhos, contribuindo com pelo menos 80% das tropas (ADEBAJO, 2005, p. 2) e, apesar dos equívocos cometidos, pelos quais chegou a ser chamada de “um touro em uma loja de louças” (ADEBAJO, 2002b), a sua atuação foi decisiva no impedimento de que a capital da Libéria, Monróvia, fosse tomada pelos rebeldes em 1992, o mesmo ocorrendo em relação à capital de Serra Leoa, Freetown,

10. Os países francófonos, com exceção da Guiné, se opuseram à intervenção militar na Libéria (Khobe, 2000). De fato, um ponto de tensão no interior da organização é a oposição entre países francófonos, liderados pela Costa do Marfim e países anglófonos, liderados pela Nigéria.



em 1999 (*ibidem*). As intervenções também reduziram a dimensão do transbordamento regional dos conflitos internos, propensas a ocorrer em razão dos fluxos de refugiados e de apoios governamentais a movimentos insurgentes em países vizinhos.

## Conclusão

Com o fim da Guerra Fria, houve uma expansão da autonomia regional para as questões de defesa e segurança. Neste novo contexto, as potências regionais passaram a desempenhar um papel mais proeminente neste tema, liderando, em alguns casos, a formação ou o aprofundamento de mecanismos regionais relacionados às questões securitárias.

Fora do eixo Europa Ocidental/Estados Unidos, o surgimento da SCO e o aprofundamento das questões securitárias na ECOWAS foram iniciativas deste tipo. A SCO possui uma perspectiva tanto regional quanto global. Regionalmente, ela é um instrumento tanto para a resolução de problemas de segurança que afetam os seus integrantes quanto para a conciliação dos interesses da China e da Rússia em relação à Ásia Central. Globalmente, ela é uma contribuição à construção de uma ordem multipolar, buscando limitar a presença norte-americana na Ásia Central. A ECOWAS, por sua vez, possui uma perspectiva regional, com a Nigéria buscando assumir definitivamente o papel de potência regional, contribuindo, assim, para a estabilização da região, marcada por diversas guerras civis que, em alguns casos, transbordaram para outros países.

A América do Sul, com a formação do CDS, passou a ser mais uma região a dispor de um mecanismo próprio voltado para os temas de segurança. Esta iniciativa, contudo, deve ser colocada em perspectiva com relação às experiências de outras regiões. Como consta do Art. 5º de seu Estatuto, o CDS não é uma aliança militar, a exemplo do que ocorre no caso da OTAN e, em menor grau, da ECOWAS, e também não prevê a ocorrência de operações militares reais que, ademais da OTAN e da ECOWAS, já ocorreram no âmbito de outras organizações, como a União Europeia e a União Africana.

## Referências

ADEBAJO, A. **Building peace in West Africa: Liberia, Sierra Leone and Guinea-Bissau**. Boulder: Lynne Rienner, 2002a. Disponível (parcialmente) em: <<http://books.google.com.br>>. Acesso em: 26 fev. 2010.

\_\_\_\_\_. **The ECOWAS Security Mechanism: toward a Pax West Africana**. In: 10ª CODESRIA GENERAL ASSEMBLY MEETING. Kampala, Uganda, Dec. 2002b. Disponível em: <[http://www.codesria.org/Archives/ga10/papers\\_ga10\\_12/Ecowas\\_Adebajo.htm](http://www.codesria.org/Archives/ga10/papers_ga10_12/Ecowas_Adebajo.htm)>. Acesso em: 29 jan. 2010.

\_\_\_\_\_. **ECOMOG: problems, progress, and prospects**. In: AFRICAN CENTRE FOR DEVELOPMENT AND STRATEGIC STUDIES. **Africa Conflict, Peace and Governance Monitor 2005: an annual publication on the state of governance in Africa**. Ibadan, Nigeria: Dokun Publishing House, 2005. Disponível em: <[ipea](http://www.ccr.org.za/images/pdfs/eco-</a></p></div><div data-bbox=)

[mog\\_adebajo\\_december2004.pdf](#)>. Acesso em: 29 jan. 2010.

ASEAN. **ASEAN-China dialogue relations**. Jakarta, Indonesia, Aug. 2009. Disponível em: <<http://www.aseansec.org/5874.htm>>. Acesso em: 26 fev. 2010.

BAYLES, A. J. K.; DUNAY, P.; GUANG, P.; TROITSKIY, M. The Shanghai Cooperation Organization. **SIPRI Policy Paper**, Stockholm, n. 17, May, 2007. Disponível em: <[http://www.a-ipi.net/IMG/pdf/SIPRI-Shanghai\\_Coop\\_Org.pdf](http://www.a-ipi.net/IMG/pdf/SIPRI-Shanghai_Coop_Org.pdf)>. Acesso em: 26 fev. 2010.

BRITISH PETROLEUM. **BP Statistical Review of World Energy**. London: BP p.l.c., 2009. Disponível em: <[http://www.bp.com/liveassets/bp\\_internet/globalbp/globalbp\\_uk\\_english/reports\\_and\\_publications/statistical\\_energy\\_review\\_2008/STAGING/local\\_assets/2009\\_downloads/statistical\\_review\\_of\\_world\\_energy\\_full\\_report\\_2009.pdf](http://www.bp.com/liveassets/bp_internet/globalbp/globalbp_uk_english/reports_and_publications/statistical_energy_review_2008/STAGING/local_assets/2009_downloads/statistical_review_of_world_energy_full_report_2009.pdf)>. Acesso em: 26 fev. 2010.

BUZAN, B.; WÆVER, O. **Regions and powers: the structure of international security**. Cambridge: University Press, 2003.

CEPIK, M. A. C. Regional Security and Integration in South America: what UNASUR could learn from the OSCE and the Shanghai Cooperation Organization. *In*: KANET, R. E. (Ed.). **The United States and Europe in a changing world**. Dordrecht, Netherlands: Republic of Letters, 2009.

CHINA; RUSSIA. **Treaty of Good-Neighborliness and Friendly Cooperation**. 2001. Disponível em: <<http://www.fmprc.gov.cn/eng/wjdt/2649/t15771.htm>>. Acesso em: 26 fev. 2010.

COHEN, A. Competition over Eurasia: are the U.S. and Russia on a collision course? **Heritage Lectures**, n. 901, oct. 2005. Disponível em: <[http://www.heritage.org/research/russiaandeurasia/upload/84321\\_1.pdf](http://www.heritage.org/research/russiaandeurasia/upload/84321_1.pdf)>. Acesso em: 26 fev. 2010.

CUNHA, A. M.; ACIOLY, L. China: ascensão à condição de potência global - características e implicações. *In*: CARDOSO JR., J. C.; ACIOLY, L.; MATIJASCIC, M. (Org.). **Trajatórias recentes de desenvolvimento: experiências internacionais selecionadas**, livro 2. Brasília: IPEA, 2009. Cap. 9, p. 343-396.

DEPARTMENT OF DEFENSE. UNITED STATES OF AMERICA. **Active duty military personnel strengths by regional area and by country**: September 30, 1990. Washington: 1990. Disponível em: <<http://siadapp.dmdc.osd.mil/personnel/MILITARY/history/Hst0990.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2010.

\_\_\_\_\_. **Active duty military personnel strengths by regional area and by country**: December 31, 2000. Washington: 2000. Disponível em: <<http://siadapp.dmdc.osd.mil/personnel/M05/hst1200.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2010.

\_\_\_\_\_. **Active duty military personnel strengths by regional area and by country**: December 31, 2008. Washington: 2008. Disponível em: <<http://siadapp.dmdc.osd.mil/personnel/MILITARY/history/hst0812.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2010.

KHOBE, M. M. The evolution and conduct of ECOMOG Operations in West Africa. *In*: MALAN, M. (Ed.). **Boundaries of peace support operations: the African dimension**. (Monograph n. 44). Pretoria, South Africa: Institute for Security Studies (ISS), 2000. Disponível em: <<http://www.iss.co.za/Pubs/Monographs/No44/Contents.html>>. Acesso em: 26 fev. 2010.

LIOW, J. C. Malaysia's Post-Cold War China Policy: a reassessment. *In*: TSUNEKAWA, J. (Ed.). **The rise of China: responses from Southeast Asia and Japan**. Tokyo: The National Institute

for Defense Studies (Ministry of Defense), 2009. p. 47-79. Disponível em: <[http://www.nids.go.jp/english/dissemination/joint\\_research/series4/pdf/4-2.pdf](http://www.nids.go.jp/english/dissemination/joint_research/series4/pdf/4-2.pdf)>. Acesso em: 26 fev. 2010.

MORADA, N. M. The rise of China and regional responses: a Philippine perspective. In: TSUNEKAWA, J. (Ed.). **The rise of China: responses from Southeast Asia and Japan**. Tokyo: The National Institute for Defense Studies (Ministry of Defense), 2009. p. 111-137. Disponível em: <[http://www.nids.go.jp/english/dissemination/joint\\_research/series4/pdf/4-4.pdf](http://www.nids.go.jp/english/dissemination/joint_research/series4/pdf/4-4.pdf)>. Acesso em: 26 fev. 2010.

ORESMAAN, M. Beyond the battle of Talas: China's re-emergence in Central Asia. In: BURGHART, D. L.; SABONIS-HELFF, T. (Ed.). **In the tracks of Tamerlane: Central Asia's path to the 21st Century**. Washington: National Defense University Press, 2004. p. 401-424. Disponível em: <<http://www.ndu.edu/ctnsp/tamerlane/Tamerlane-Chapter19.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2010.

RIANOVOSTI. Handover of Russian Islands to China Seen as Effective Diplomacy. **RIA Novosti**, Moscow, 14 Oct. 2008. Disponível em: <<http://en.rian.ru/world/20081014/117720719.html>>. Acesso em: 26 fev. 2010.

SHAMBAUG, D. China Engages Asia: reshaping the regional order. **International Security**, vol. 29, n. 3, winter 2004/05, p. 64-99.

\_\_\_\_\_. China's New Diplomacy in Asia. **Foreign Service Journal**, May 2005, p. 30-38. Disponível em: <<http://www.afsa.org/fsj/may05/shambaugh.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2010.

UNITED NATIONS. **Social indicators: indicators on population - 2009**. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/demographic/products/socind/population.htm>>. Acesso em: 26 fev. 2010.

\_\_\_\_\_; ECOWAS; CENTRE FOR CONFLICT RESOLUTION. **West Africa's Evolving Security Architecture: looking back to the future**. Accra, Ghana: Oct. 2006. Disponível em: <[http://www.ccr.uct.ac.za/fileadmin/template/ccr/pdf/Vol\\_17-WA\\_Report.pdf](http://www.ccr.uct.ac.za/fileadmin/template/ccr/pdf/Vol_17-WA_Report.pdf)>. Acesso em: 26 fev. 2010.

UNITED STATES OF AMERICA. THE WHITE HOUSE. **The National Security Strategy**. Washington, Set. 2002. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/nsc/nss/2002/nss.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2010.

WORLD BANK. **Gross domestic product 2008 - PPP**. Washington: 2009. Disponível em: <[http://siteresources.worldbank.org/DATASTATISTICS/Resources/GDP\\_PPP.pdf](http://siteresources.worldbank.org/DATASTATISTICS/Resources/GDP_PPP.pdf)>. Acesso em: 26 fev. 2010.